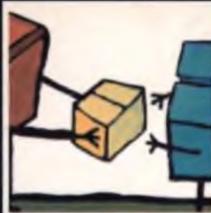


40  
anos  
UnB à frente



Lauro Morhy  
organizador geral

# Brasil em Questão

A Universidade e a  
Eleição Presidencial



EDITORA

UnB

Ao completar suas primeiras quatro décadas de existência, a Universidade de Brasília (UnB) apresenta à sociedade *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, coletânea de artigos que pode ser definida como verdadeira imersão na realidade histórica, cultural, política e socioeconômica brasileira.

Esta obra é resultado dos debates desenvolvidos no âmbito do *Fórum Brasil em Questão*, rico e promissor diálogo orientado por um esforço de busca e superação de nossos desafios. Instalado em fevereiro de 2002, o *Fórum Brasil em Questão* trouxe, à UnB, durante cinco meses, 41 especialistas das mais diversas áreas para apresentarem e discutirem suas visões sobre temas estratégicos para o País

# **Brasil** **em Questão**

**A Universidade e a  
Eleição Presidencial**

*Fernando Henrique Cardoso*

Presidente da República

*Paulo Renato Souza*

Ministro da Educação

*Francisco César de Sá Barreto*

Secretário de Educação Superior

## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

### Conselho Diretor

*Lauro Morhy* – Presidente

*Antônio C. de Matos Paiva*

*Carlos Alberto Rodrigues da Cunha*

*Carolina Martuscelli Bori*

*Flávio Rabelo Versiani*

*Inocência Mártires Coelho*

*Gileno Fernandes Marcelino*

*Jacques Rocha Velloso*

## UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*

Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*

Decano de Ensino de Graduação: *Michelangelo Giotto S. Trigueiro*

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*

Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*

Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*

Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*

Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*

Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*

Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



# Brasil em Questão

## A Universidade e a Eleição Presidencial

Organizador Geral

**Lauro Morhy**

Co-organizadores

**Marcos Formiga**

**Regina Marques**

**Adler Andrade**

**Tânia Costa**

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

---

**2002**

**Equipe Editorial:**

Profª. Drª. Wânia de Aragão-Costa (Preparação de Originais)

Belª. Carmem Galvão (Revisão)

Fernando Brandão e Franklin Cruz (Editoração Eletrônica)

Formatos Design Gráfico (Projeto Gráfico)

Formatos Design Gráfico (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook - *Getty Images*)

Copyright © 2002 by Editora Universidade de Brasília.

Impresso no Brasil.

Direitos exclusivos para esta edição:

Editora Universidade de Brasília

SCS Q. 02, Bloco C, Nº 78

Ed. OK, 2º andar

70300-500 Brasília-DF

Tel: (0xx61) 226-6874

Fax: (0xx61) 225-5611

editora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela  
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

---

B823                    Brasil em questão: a universidade e a eleição presiden-  
                              cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Editora  
                              Universidade de Brasília, 2002.  
                              512p.

ISBN 85-230-0700-8

1. Política – Brasil. 2. Governo: estrutura: política.  
3.  
Cidadania. I. Morhy, Lauro.

---

CDU – 32(81)

## Agradecimentos

O trabalho coletivo é, sempre, resultado dos esforços de ponderável número de pessoas que se comprometem por acreditarem no objetivo final proposto. Somos gratos a todos que contribuíram para o êxito do Fórum *Brasil em Questão*.

Em especial, nosso reconhecimento aos palestrantes que ousaram apresentar e discutir questões inquietantes dos nossos dias, e propor caminhos para o Brasil.

Nominalmente, agradecemos ao grupo consultivo do Fórum: Adler Andrade, Amado Cervo, Antônio José Escobar Brussi, Benício Viero Schmidt, Cristovam Buarque, Dércio Munhoz, Dóris Faria, Érico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Henrique de Sousa Novaes, Jacques Velloso, José Flávio Sombra Saraiva, José Geraldo de Sousa Júnior, Lúcia Mercedes de Avelar, Marcel Burstyn, Marcos Formiga, Michelângelo Giotto S. Trigueiro, Noraí Romeu Rocco, Pedro Tauil, Regina Marques, Rodrigo Caetano, Sophia Wainer, Tânia Costa, Thérèse Hofmann Gatti, Timothy Martin Mulholland, Vamireh Chacon, Viviane Coutinho Sabino.

Expressamos nossa gratidão aos colaboradores da Universidade de Brasília que ofereceram relevante apoio, sem o qual não teria sido possível a realização do Fórum *Brasil em Questão* e a publicação deste livro – especialmente Decanato de Ensino de Graduação; Decanato de Extensão; Decanato de Assuntos Comunitários; Departamento de Música/IDA; Cerimonial; Prefeitura do Câmpus; Assessoria de Comunicação; Assessoria de Assuntos Internacionais;

Centro de Informática; Núcleo de Multimídia e Internet do Departamento de Engenharia Elétrica, CPCE, Gabinete do Reitor, Editora da Universidade. Também agradecemos aos músicos que se apresentaram no início dos debates e à Escola do Futuro da USP.

**LAURO MORHY**  
**REITOR DA UNB**

## Sumário

### APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 11

### ABERTURA DO FÓRUM

Lauro Morhy 15

### 29 de fevereiro BRASILIDADE

Roberto Freire 21

Artur da Távola 31

Aspásia Camargo 37

Vamireh Chacon 47

### 10 de março BRASIL NO MUNDO

Samuel Pinheiro Guimarães 53

Oliveiros Ferreira 63

Amado Cervo 75

### 20 de março POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

Márcio Pochman 85

André Urani 97

Cristovam Buarque 107

3 de abril A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL

Yeda Crusius 119

Luiz Pinguelli Rosa 129

Décio Munhoz 139

10 de abril SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO

Sergio Arouca 155

Marcos Helano Montenegro 167

Sebastião Viana 177

Pedro Tauil 185

17 de abril EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Roberto Vermulm 197

Sergio Rezende 207

João Batista de Oliveira 217

Lauro Morhy 231

24 de abril CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL  
E VIOLÊNCIA

Guilherme de Almeida 239

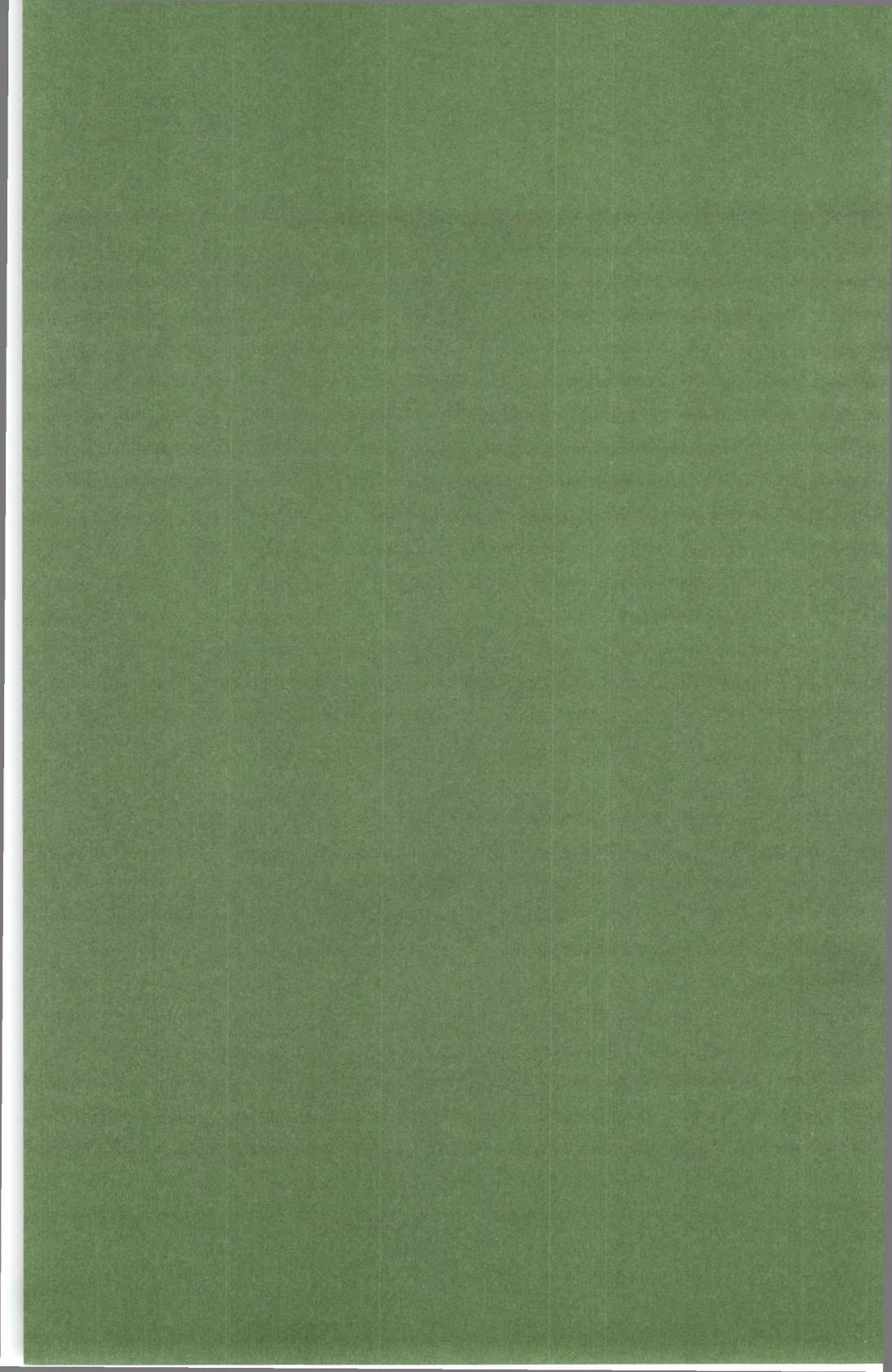
Sueli Carneiro 245

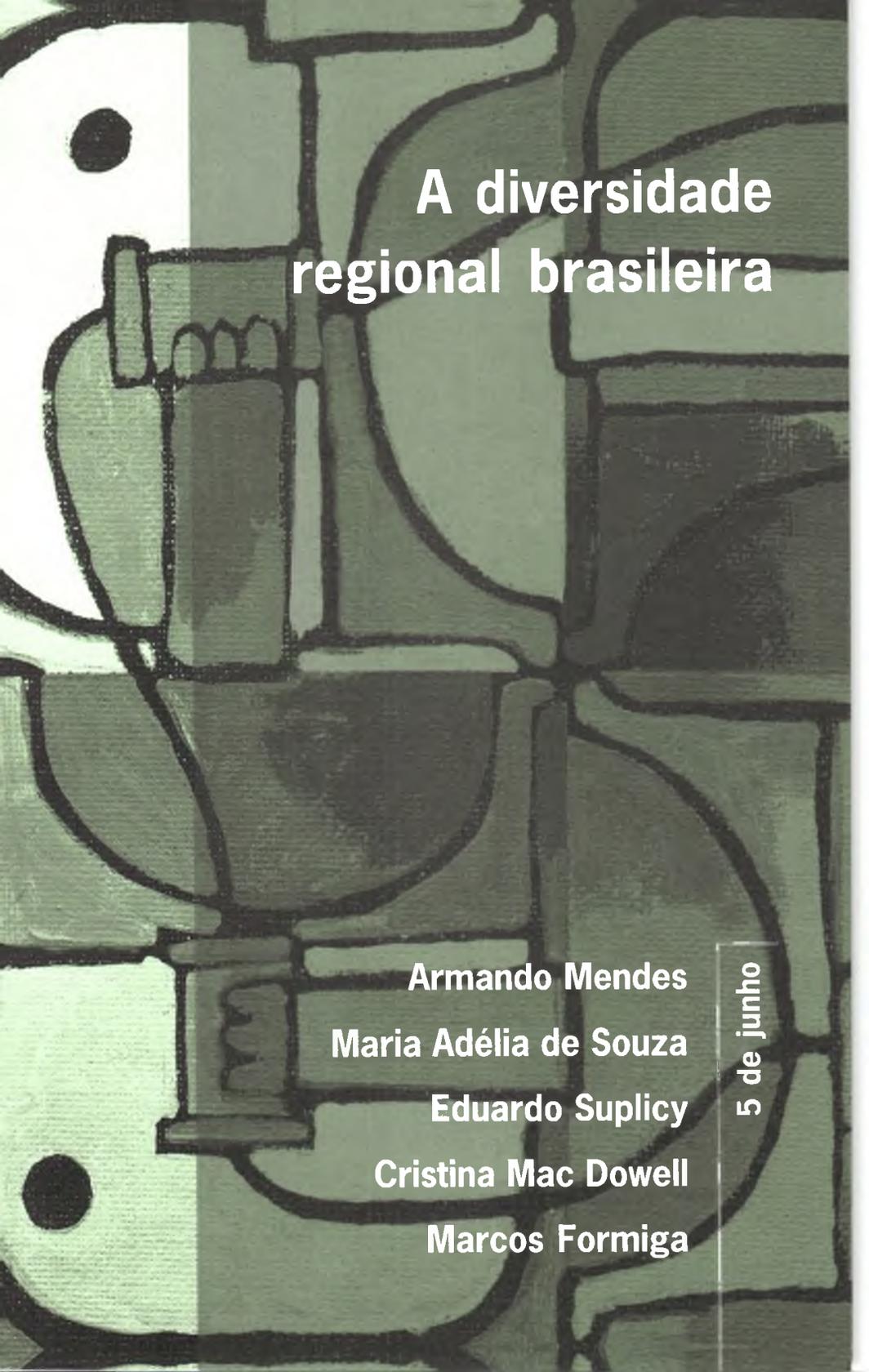
Luiz Mott 253

Dóris Faria 261

5 de junho	A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA	
	Armando Mendes	275
	Maria Adélia de Souza	283
	Eduardo Suplicy	295
	Cristina Mac Dowell	307
	Marcos Formiga	321
19 de junho	MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA	
	Washington Novaes	351
	Marina Silva	361
	Edna Ramos Castro	371
	Marcel Burstyn	379
3 de julho	REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS	
	Ricardo Varsano	391
	Wilson Cano	405
	Vinícius Carvalho Pinheiro	433
	José Geraldo	447
17 de julho	A UNIVERSIDADE BRASILEIRA	
	Helgio Trindade	459
	Edson Franco	475
	Jacques Velloso	485
	Lauro Morhy	499







# A diversidade regional brasileira

Armando Mendes

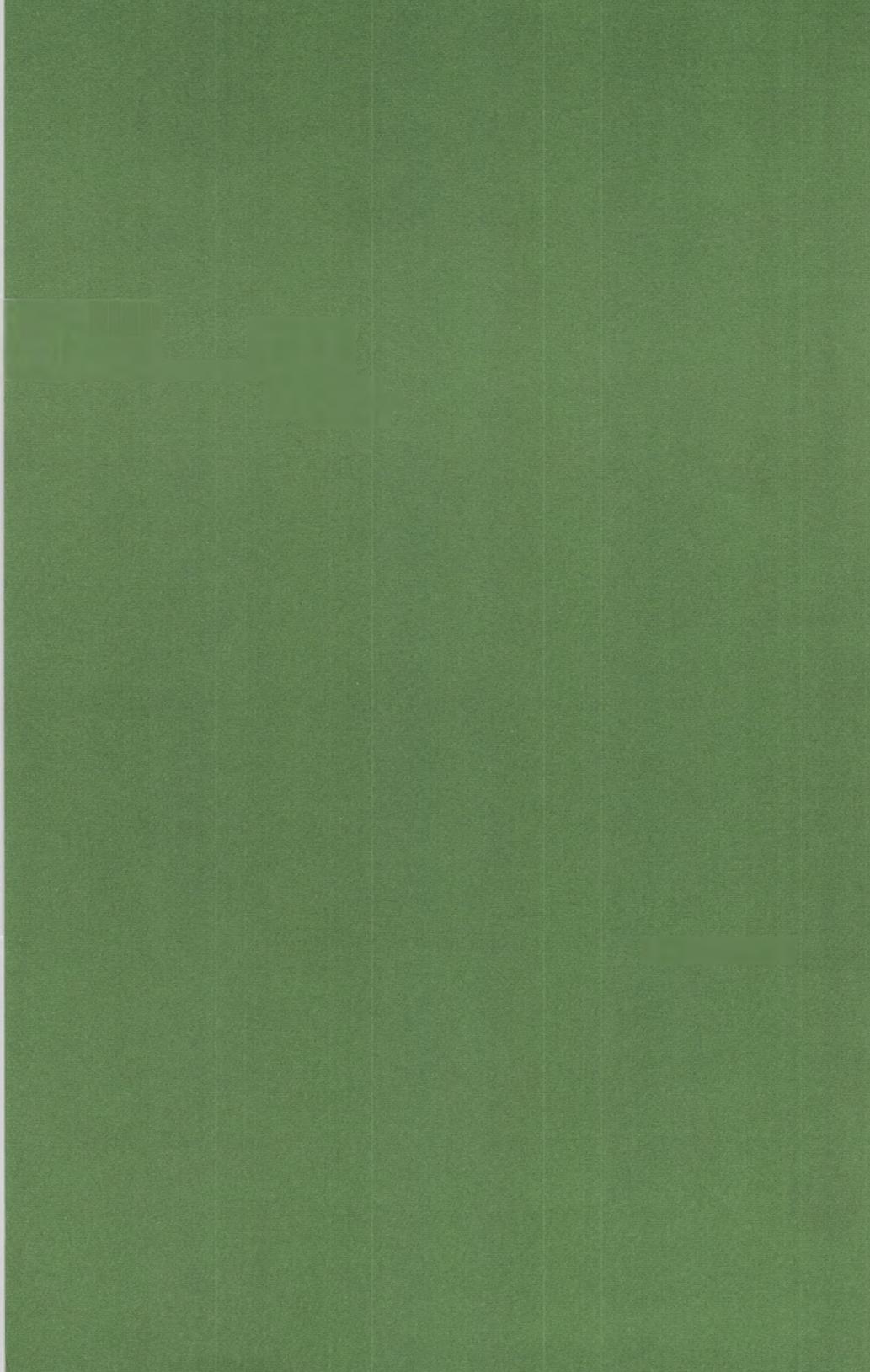
Maria Adélia de Souza

Eduardo Suplicy

Cristina Mac Dowell

Marcos Formiga

5 de junho



# Os Desafios da Diversidade Regional: Possibilidades e Oportunidades para o Desenvolvimento

**Marcos Formiga**

## Introdução

Entre os temas relevantes da agenda econômica e política do Brasil, ressalta o da concentração de riqueza no País, que se mantém sem alterações significativas nos últimos 20 anos. Segundo o Índice de Gini, aplicado pelo Banco Mundial para o cálculo dos níveis de concentração de renda em vários países do mundo, o Brasil se situou no incômodo antepenúltimo lugar, em uma escala crescente de desigualdade. Essa imutabilidade do quadro foi demonstrada em estudo do IPEA (Barros, Henriques & Mendonça, 2000), para o período de 1977 a 1999. No primeiro ano da série, os 20% mais pobres contavam com apenas 2,4% da renda gerada no País; em 1999, esse índice era de 2,3%. Já a parcela correspondente

---

**Marcos Formiga** é Secretário Extraordinário para o Desenvolvimento do Centro-Oeste do Ministério da Integração Nacional, Doutor em Economia. Vice-Presidente da Associação Brasileira de Educação à Distância. Atuou na CAPES (Coordenação Aperfeiçoamento do Ensino Superior) e no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico). No âmbito internacional, realizou estudos em países como Estados Unidos, Portugal, Espanha, Itália, França, Equador, Chile.

aos 20% mais ricos, que em 1977 detinha 66,6% da renda, em 1999 apropriavam-se de 63,8%.

O rebate espacial dessa concentração é o que se conhece como questão regional, ou seja, a diferença entre padrões de desenvolvimento das grandes regiões, um tema também recorrente no País. Os estudos mais recentes vêm demonstrando que, após uma diminuição das diferenças nos anos 70 e início dos anos 80, a década de 90, em especial nos seus últimos anos, tem apresentado uma tendência de recrudescimento da disparidade entre as regiões do País.

Por outro lado, situando o tema em uma dimensão mais adequada e completa, há que se focalizarem as desigualdades regionais igualmente como conjunto de diferenças que consubstanciam oportunidades e potencialidades, cujo aproveitamento é condição para o alcance de um desenvolvimento harmônico e completo de todos os espaços do País.

É nesse enfoque mais abrangente e complexo que se coloca o tema da Diversidade Regional Brasileira, no Seminário *Brasil em Questão*. Nada mais oportuno. Na proximidade das eleições presidenciais, afloram os assuntos que inquietam e dividem as opiniões, dando oportunidade para debates que, simultaneamente, permitam conhecer a posição dos candidatos e levem até eles a percepção e a expectativa da sociedade quanto à solução para os problemas do País.

Para tanto, o mosaico da realidade brasileira será aqui considerado sobre diferentes dimensões. Além das desigualdades econômicas, dos diferentes elementos de identidade cultural e das múltiplas aptidões e diferenças no meio ambiente, identificadas como potencial de aproveitamento e como elemento de necessária preservação, será destacada a configuração do

conjunto da população, e suas tendências, de acordo com as mais recentes pesquisas.

## A Questão Regional

### Disparidades inter-regionais e intra-regionais

De início, é importante que se balize essa discussão, traçando um quadro geral da diversidade regional brasileira, de maneira a fornecer uma moldura para as abordagens setoriais que virão a seguir. A dificuldade de se dar essa visão panorâmica reside, em primeiro lugar, na gama de aspectos segundo os quais se podem visualizar as desigualdades. A decantada e variada riqueza de recursos naturais, cultura e oportunidades do País se contrapõem as desigualdades de padrões de vida e renda de sua população. Além disso, o Brasil vem mudando com rapidez e seus espaços, perfeitamente integrados, sofrem influências mútuas e, igualmente, reagem aos estímulos do Exterior. O primeiro e mais geral indicador das disparidades, do qual decorrem todos os demais, é o da formação do Produto Interno Bruto – PIB e a respectiva contribuição das diversas regiões (Gráfico 1). A distribuição da riqueza produzida reflete a desigualdade do nível de desenvolvimento da população. Mais da metade – 57,6% – concentra-se no Sudeste. Segue à grande distância o Sul, o Nordeste e, por fim o Centro-Oeste e o Norte. Vale ressaltar que o dinamismo da economia centroestina coloca a região com o maior crescimento do País. De 1985 a 1995, enquanto o PIB nacional não chegou a 1%, o Centro-Oeste obteve média de 4% no período (Carvalho, 1998). A importância desse quadro é que ele reflete não apenas o grau de desenvolvimento das diversas

regiões, mas a base produtiva a partir da qual deve ser feito o esforço de distribuição de riqueza. Assim, na busca pela diminuição desses desequilíbrios, há que se considerar o patamar de onde se parte e o hiato de desigualdade que separa as regiões.

Nesse sentido, as pesquisas mais recentes sobre a pobreza no Brasil evidenciam que, não obstante o crescimento que alcançou no seu produto, o Nordeste continua a ter o maior número de pobres do País. Cabe, no entanto, observar que a pobreza brasileira é cada vez mais urbana, uma vez que o percentual de pobres vivendo nas cidades aumentou de 35%, em 1970, para 50%, em 1988. (Guimarães Neto, 1995) A urbanização brasileira, iniciada ainda na década de 50, hoje já se encontra consolidada. Se em 1991, 76% da população residia em cidades, o último censo revelou que o percentual já alcança 81% (IBGE, 2000). Nas regiões, esse quadro sofre algumas variações: enquanto o Sul e o Sudeste apresentam 91% e 81%, respectivamente, de população urbana, o Norte e o Nordeste ainda mantêm cerca de 30% de sua população na área rural. A Região Centro-Oeste é um caso à parte. Representando apenas 6% da população brasileira, a região tem 87% de seus habitantes nas cidades, fruto do crescimento acelerado nos últimos 50 anos, realizado, principalmente, com base na exploração na agricultura mecanizada em grandes propriedades.

É esse tipo de heterogeneidade que torna clara a necessidade de examinar as questões da desigualdade de forma mais profunda, ou seja, penetrar as regiões, para conhecer as suas especificidades. Trata-se de identificar quais os espaços que se diferenciaram com o tempo, fugindo à conformação geral da grande região. É a desigualdade intra-regional, também tratada por alguns como desconcentração, mormente nos casos das áreas mais desenvolvidas do País.

O estudo de Siqueira e Siffert Filho (2001), aplicando o Índice de Herfindal-Hirschman<sup>1</sup> calcula o grau de concentração do PIB inter-regional e intra-regional no Brasil, para o período de 1985–1997 e suas tendências. Duas conclusões ressaltam nessa análise: em primeiro lugar, na maior parte dos anos que compõem o período observado, a queda do índice de concentração regional coincide com os períodos de crescimento econômico. A segunda conclusão destacada é a de que as maiores desigualdades intra-regionais ocorrem exatamente nas regiões mais desenvolvidas: Sudeste, Sul e Centro-Oeste. O caso do Sudeste, por exemplo, aponta para uma tendência de declínio da participação do Rio de Janeiro simultânea com o maior crescimento de Minas Gerais e do Espírito Santo. Com relação ao Sul, vem ocorrendo uma redução da participação do Rio Grande do Sul no PIB e um aumento da participação do Paraná e de Santa Catarina (Bandeira, 1994).

Ressalta, nessa análise, o caráter paradoxal da concentração observada, uma vez que a diferença entre o IHH ideal e aquele medido pelos PIBs estaduais é maior nas regiões onde a desconcentração já se encontra mais avançada (Tabela 2). Nessa perspectiva, os índices reforçam a condição de concentração geral de pobreza das regiões Norte e Nordeste, cuja “homogeneidade” reflete a expressão desigual de sua atividade econômica em face das demais regiões.

Mas a desigualdade também se evidencia em espaços sub-regionais. Assim, é possível encontrar baixos níveis de renda na periferia das metrópoles e em áreas de regiões mais desenvolvidas do Sul e Sudeste, como o Vale do Ribeira, o Vale do Jequitinhonha, o Norte Fluminense e a metade sul do Rio Grande do Sul. De uma ótica oposta, existem subespaços diferenciados por seu dinamismo econômico nas regiões mais pobres: o Médio São Francisco e o Oeste da Bahia, por exemplo.

A complexidade da desconcentração ainda pode ser identificada pela tendência observada no crescimento das cidades de médio porte, com perda de posição relativa dos grandes centros metropolitanos (Guimarães Neto, 1995) O caso emblemático é o do interior paulista, mas existem cidades de médio porte no Nordeste, no Sul e no Centro-Oeste, cujo evidente dinamismo demonstra a possibilidade de crescimento econômico fora dos tradicionais centros. Mais ainda, são espaços irradiadores de desenvolvimento, cujas relações ultrapassam os limites regionais, por intermédio de transações diretas com o restante do País e com o exterior, a partir de funções especializadas que lhes conferem condições de competitividade, em determinados setores industriais, no turismo ou, ainda, na agroindústria. São exemplos, no Nordeste, o Pólo de Camaçari, em Salvador, o Complexo de Salgema, em Alagoas, a fruticultura no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte, a exploração do alumínio no Maranhão, o pólo têxtil e de confecções no Ceará, o turismo em todo o litoral nordestino ou a moderna agricultura de grãos no Piauí e no Maranhão, entre outros.

Analisar, assim, o quadro de disparidades regionais, mais que uma exigência de atualidade é necessidade para definição das formas de equacionamento dos desequilíbrios ainda persistentes. O tratamento que vai ser conferido às desigualdades ganha também em complexidade. A velha máxima – “tratar desigualmente os desiguais” – ainda deve persistir, mas com outra conotação, envolvendo não apenas as regiões mas os espaços sub-regionais para tratamento específico.

### Desigualdades indesejáveis

A desagregação dos indicadores das desigualdades regionais aponta para um quadro desalentador, se examinado fora de uma

perspectiva histórica. A Tabela 3 mostra a disparidade dos rendimentos médios mensais da população com mais de 10 anos nas grandes regiões, complementada com o Índice de Gini, que revela o grau de concentração observado em cada uma delas. Ao mesmo tempo em que possui o menor rendimento médio – pouco mais da metade do nacional – o Nordeste também carrega a segunda maior concentração, revelando o desequilíbrio intra-regional ainda persistente. Por outro lado, o Centro-Oeste, ainda que apresente um rendimento médio próximo das regiões mais desenvolvidas do País, deixa claro sua desigualdade interna pelo maior índice de concentração observado.

Esse quadro de disparidades nos rendimentos, principalmente no que tange à Região Nordeste, vem apresentando uma evolução irregular. Estudo de Azzoni e Ferreira para a evolução dos salários no setor industrial mostrou que, na década de 70, os salários nordestinos já apresentavam os níveis mais baixos do País, mantendo essa posição até 1980, quando melhoraram sensivelmente de posição, mercê da maturação dos investimentos concentrados na década anterior, de tal forma que, em 1985, estavam acima do Sul e de Minas Gerais, embora ainda abaixo da média nacional. A partir de 1986, iniciaram nova trajetória decrescente, que se mantém até os anos finais da década de 90 (Azzoni & Ferreira, 1997).

Mais do que uma medida fria de rendimentos médios, importa observar a limitação que ela sugere em termos de dinamismo da atividade econômica e na dimensão reduzida do mercado local regional. Em matéria publicada há dois meses a revista *Carta Capital* (*Revista Carta Capital*, 2002) analisa o problema do ponto de vista da nação como um todo e, com base nos dados do IBGE, revela que 81% da população brasileira pertencem às classes C, D e E, não possuindo condições de consumir além do

estritamente necessário. Transposta a constatação para a dimensão regional, não é difícil perceber que as regiões com menos poder aquisitivo são também as que permanecem a reboque do desenvolvimento nacional. Nelas, os setores econômicos que apresentam maior crescimento são exatamente aqueles voltados para a exportação.

A saída para a situação, no entender do Prof. Oscar Hipólito, entrevistado pela revista, está na educação. O investimento maciço em educação estimularia a implantação de empresas produtoras de bens de maior conteúdo tecnológico, pela disponibilidade de mão-de-obra qualificada a qual, naturalmente, correspondem melhores salários, ampliando e diversificando o mercado consumidor. Romper-se-ia, assim, com o círculo vicioso da pobreza. Este parece ser um ponto de vista que conta com rara unanimidade, entre o poder público, a iniciativa privada e os estudiosos do setor.

Mas, as Tabelas 4 e 5 mostram que o investimento em educação ainda permanece desigual, apesar dos esforços mais recentes do poder público. Nesse sentido, é preciso considerar os avanços que, por serem recentes, ainda não se refletem nas estatísticas. As normas derivadas da Constituição de 1988 conferiram, aos gastos estaduais e municipais em educação, uma obrigatoriedade inédita, submetendo o financiamento de outros investimentos ao seu comprovado cumprimento. Ainda assim, conforme se demonstra na Tabela 5, a disparidade dos gastos é evidente, em decorrência da própria capacidade dos poderes públicos nas diversas regiões.

As informações da Tabela 6 completam a visão das desigualdades no nível de vida das populações nas regiões. Ressalta nesse quadro a condição do Nordeste, refletindo e confirmando a sua situação de espaço menos desenvolvido. Enquanto, por

exemplo, no conjunto do País, a disponibilidade de energia elétrica atinge mais de 90% da população, cerca de 14% dos nordestinos ainda não dispõem desse requisito básico de conforto. As condições sanitárias das regiões, com exceção do Sudeste, ainda são, de uma maneira geral, deficitárias. Mesmo assim, as diferenças são gritantes e sugerem que a saúde da maioria da população se ressentir da carência de equipamentos e serviços básicos, relativos a esgotos e sistemas de coleta e tratamento de lixo.

A demonstração do caminho já percorrido e das dificuldades ainda a vencer é o que ressalta na visão comparativa da situação das desigualdades regionais há cerca de duas décadas com aquelas vigentes. O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, desenvolvido pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD e adaptado pelo IPEA e pela Fundação João Pinheiro, para o Brasil, permite visualizar essa evolução.<sup>2</sup> A Tabela 7, complementada com as figuras baseadas no IDH-M, revelam a escala ascendente do desenvolvimento humano no País, desde 1970. Nesse ano, apenas o Sudeste se poderia enquadrar em uma condição de índice médio, sendo que as demais regiões, ainda que com fortes variações, situavam-se no nível de desenvolvimento abaixo do médio. Na década seguinte, a situação altera-se significativamente: a região Sul, a Sudeste e a Centro-Oeste ultrapassam a faixa de desenvolvimento médio, o Norte chega ao nível médio e somente o Nordeste permanece na mesma condição dos anos 70, embora, segundo os dados do PNUD, tenha dobrado o seu IDH.

Na última figura é possível conferir a situação em 1991, cuja única diferença em relação à anterior é o enquadramento do Nordeste no nível médio de desenvolvimento. A Tabela 7, com a desagregação dos componentes do IDH, para os anos 1970 e 1996, confirma o que os valores do IDH-M sugeriram. Nesse

período, foram o Nordeste e o Centro-Oeste que tiveram o melhor desempenho, dobrando os seus índices de desenvolvimento. Particularmente, em relação aos componentes do produto *per capita* e esperança de vida ao nascer, o crescimento é notável, o que pode indicar, segundo Guimarães Neto, um padrão convergente de desempenho, ou seja, uma tendência para homogeneização em torno da média nacional. O mesmo autor adverte, porém, que “nos indicadores de mortalidade infantil, níveis de instrução e condições de saneamento básico, prevaleceu um padrão divergente, com as regiões menos desenvolvidas economicamente distanciando-se cada vez mais da média nacional e das demais regiões.” (Guimarães Neto, 1995).

São essas condições que justificam a situação demonstrada no Quadro 1, comparativo do IDH ajustado para países e as regiões brasileiras. Agrupados em posição próxima aos países de alto desenvolvimento estão o Sudeste, o Sul e o Centro-Oeste. O Nordeste se individualiza em um nível pouco acima daquele dos países em desenvolvimento, enquanto o Norte se situa acima do nível médio de desenvolvimento, uma posição certamente influenciada pelas limitações de dados sobre a região.

As inaceitáveis condições de vida que ainda marginalizam espaços brasileiros, seja em escala regional, seja em escala sub-regional ou mesmo nas áreas metropolitanas, vêm-se modificando ao longo das últimas décadas. Há evidentes melhoras nos indicadores sociais e econômicos das regiões menos desenvolvidas. Mas a diferença de velocidade com que ocorrem essas mudanças em relação às demais regiões resulta em tendência de aumento do padrão geral de heterogeneidade e, por conseguinte, de concentração dos benefícios do desenvolvimento.

## Diferenças necessárias

A abordagem das desigualdades até aqui realizada ressalta as dificuldades envolvidas na busca de um desenvolvimento com equidade, para um território como o brasileiro, tão cheio de diferenças. No entanto, pode-se analisar a questão por outro ângulo: é a diversidade regional que garante a riqueza do País, que aponta para múltiplas oportunidades e permitindo a eliminação das desigualdades.

Até um passado recente, a diversidade regional restava inexplorada, escondida sob a homogênea visão das grandes regiões e a concentração das atividades produtivas nas capitais e metrópoles nacionais. Foi a desconcentração intra-regional que desencadeou formação de espaços produtivos, que se distinguiram do conjunto regional onde se inserem, para constituir autênticos nichos de dinamismo e de irradiação de desenvolvimento. A gênese de tais espaços está relacionada com diferentes agentes causais: programas oficiais combinados com investimentos privados, deslocamento de indústrias na busca por reorganização de custos de produção e o efeito combinado de deslocamentos populacionais com a disponibilidade de tecnologia e espírito empreendedor.

Experiências passadas que tentaram modificar o quadro de disparidades regionais pela implantação de indústrias revelaram graves dificuldades e frequentemente tornaram-se enclaves no conjunto da economia regional, sem a pretendida modificação socioeconômica. A saída, agora percebida, fundamenta-se na identificação das diversidades, na vocação local, nas vantagens competitivas, como ponto de partida para o alcance do desenvolvimento sustentado. Nesse sentido, vem tomando corpo e multiplicando êxitos a experiência dos *clusters*. Trata-se de uma

organização de empresas, concentradas geograficamente, voltadas para determinado setor de atividade de forma verticalizada, incluindo desde fornecedores de insumos, produtores, serviços de comercialização até clientes e até instituições de ensino.

O modelo, já vitorioso no Exterior, está sendo desenvolvido no Brasil por intermédio dos chamados pólos setoriais. Já são conhecidos o Pólo Couro-Calçadista de Franca, em São Paulo, respondendo hoje por cerca de 6% da produção nacional do setor. No Nordeste, o Pólo de Fruticultura do Sub-médio São Francisco e o do Vale do Açu já se encontram consolidados. Mas, despontam outros, em setores e locais inusitados, como o Pólo do Avestruz, em Irecê, na Bahia, o *cluster* dos moveleiros de São João do Araru, em Morada Nova, no Ceará. Em Alagoas, as potencialidades dos setores de turismo, floricultura e aqüicultura despertaram o interesse de investidores italianos, que já visualizam grandes possibilidades de associação de empresas.

No Centro-Oeste, as cadeias produtivas de grãos (soja e milho, principalmente) já se combinam com o agronegócio alimentar, de tal forma que respondem em grande parte pelo dinamismo regional mais recente. Em Anápolis, uma cidade que até pouco tempo se constituía em projeção da capital Goiânia, está-se consolidando um pólo farmacêutico de grande potencialidade, e Brasília, mercê de sua condição de cidade administrativa, tem demonstrado possuir amplas possibilidades no campo da informática. Outras particularidades da região, como jazidas de minerais não-metálicos, já despontam na produção de fertilizantes, perfeitamente integrada às necessidades das cadeias produtivas de grãos.

Na Região Norte, os *clusters* também vêm surgindo. O setor madeireiro, os fitofármacos, os cosméticos, a piscicultura e o turismo juntam-se a atividades mais tradicionais de exploração como o açaí,

as fibras e a mandioca como núcleos potenciais para formação de *clusters*. Nesse sentido, o Ministério da Ciência e Tecnologia está há dois anos desenvolvendo plataformas tecnológicas na região, a partir de atividades que merecem estudos de melhoria de tecnologia para constituição de futuros pólos. A expansão agrícola ao longo da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) antes desorganizada, começa a estruturar-se com o nascimento de cooperativas e formação de agroindústrias e já chega a alcançar o Acre.

Mesmo nas regiões com maior nível de desenvolvimento os *clusters* compõem estratégia de sucesso em subespaços que estão estagnados ou com baixa produtividade. No Estado do Rio de Janeiro, são exemplos os *clusters* de cosméticos, móveis e plásticos da Baixada Fluminense. Na Região Sul, as especificidades locais vêm permitindo a formação de *clusters* como o dos fabricantes de cristais ao redor de Blumenau (SC) ou o de Santa Vitória do Palmar (RS), onde agricultores estão usando os dejetos da produção de arroz para fazer outras coisas, como cultivar cogumelos e alimentar porcos.

Os exemplos são inúmeros e as possibilidades também, medidas que são pela própria diversidade do País. Claro está que o tempo de consolidação de um *cluster* varia em função das condições locais de infra-estrutura, de financiamento, de treinamento de mão-de-obra e do aporte adequado de tecnologia. O que não se pode perder de vista é que já existem exemplos palpáveis de reversão de carências e de baixa atividade econômica a partir dos recursos locais. Às novas atividades, juntam-se, também, os projetos de maior envergadura, como o complexo mineral de Carajás, o Pólo Petroquímico da Bahia, o pólo eletroeletrônico de Manaus, entre outros. Ainda restritos e sem se traduzir em dinamismo de espaços mais abrangentes, esses projetos igualmente ganharão força a partir das novas cadeias produtivas,

criando condições para reverter as tendências de concentração do desenvolvimento que ainda se observam.

## Visão das Desigualdades

A dupla visão da diversidade regional – a inaceitável e a promissora – até aqui apresentada remete à análise do tratamento que o governo vem dispensando ao assunto. Entre ações compensatórias, incentivos fiscais, políticas econômicas e setoriais concebidas e executadas no âmbito federal, estadual e municipal, são inúmeras e muitas vezes contraditórias as iniciativas oficiais no sentido de homogeneizar o padrão de desenvolvimento do território brasileiro. A complexidade da questão é de tal ordem que não se pode perder de vista o fato de que uma política de caráter global influenciando a dinâmica econômica dos espaços produtivos acaba por minimizar ou mesmo anular os esforços de programas compensatórios ou de incentivos destinados a diminuir as disparidades regionais.

No Brasil, programas compensatórios como a distribuição de gêneros alimentícios já existem desde 1940 (Programa de Comida para os Trabalhadores), mas a referência maior da ação governamental visando a eliminar os desequilíbrios entre regiões é sempre a das Superintendências Regionais, com a criação da SUDENE, seguida da SUDAM e da SUDECO. No modelo das Superintendências, criou-se uma instância de articulação e promoção do desenvolvimento de âmbito regional, cuja ação se fortalecia com a administração de incentivos fiscais (no caso da SUDENE e da SUDAM), por intermédio dos quais o Nordeste e o Norte passavam a deter vantagens comparativas para a instalação de empresas industriais. A ação da SUDENE e da SUDAM já foi

objeto de inúmeros comentários, estudos e avaliações, em que, de uma forma geral, se reconhecem os avanços conseguidos e demonstrados na melhora dos indicadores anteriormente mencionados, igualmente ponderam sobre o esgotamento do modelo e sua perda gradativa de eficiência, em face de novas exigências colocadas pela política econômica global.

Ainda no nível federal, a constituição de linhas de crédito especiais no BNDES e a criação, na Constituição de 1988, dos Fundos Constitucionais de Financiamento para a Região Norte, a Nordeste e a Centro-Oeste (FNO, FNE e FCO) foram iniciativas direcionadas ao tratamento diferenciado para regiões menos desenvolvidas. Complementarmente, os governos estaduais instituíram incentivos fiscais com a intenção de direcionar para seus territórios investimentos que promovessem a criação de empregos e imprimissem maior vigor à economia local. Tal prática, disseminada entre governos estaduais de todas as regiões, ficou conhecida como “guerra fiscal”, cuja eficácia ainda se discute, em função do balanço entre renúncia de receitas e benefícios alcançados.

Além dessas iniciativas de cunho regional/local, políticas compensatórias de caráter social, patrocinadas pelo governo federal, foram implementadas com a finalidade de erradicar a pobreza em todas as regiões, embora com maior atenção àquelas áreas onde se concentrava. Vilmar Faria (1998) relaciona 20 programas sociais desenvolvidos pelo atual governo e cobrindo os setores de educação, saúde, renda mínima, emprego, habitação, saneamento, alimentação, agricultura e assentamentos e qualificação profissional.

As iniciativas oficiais, conforme assinalado anteriormente, têm sua eficiência muitas vezes comprometida pela dificuldade de combinar a equidade desejada com a competitividade exigida pela

economia global. Diante desse dilema, freqüentemente, os escassos recursos disponíveis privilegiam investimentos com retorno econômico mais rápido e compatíveis com a integração nacional na economia globalizada do mundo. Mas, o patamar de que se parte nas regiões menos desenvolvidas e camadas sociais mais pobres exige um esforço suplementar, concentrado nesses segmentos e com uma continuidade temporal adequada, para que apresentem resultados palpáveis.

Nessa tarefa, o País necessita da participação da comunidade. Esta, aliás, é uma tendência mundial que se observa desde que as Organizações Não-Governamentais – ONGs, nascidas nos países desenvolvidos, estenderam sua ação para os países do chamado “Terceiro Mundo” e, aqui no Brasil, incentivaram a constituição de grupos locais, que desenvolvem trabalhos de assistência, apoio à pesquisa, assessoramento, desenvolvimento comunitário, entre outros.

Complementarmente, vêm crescendo as ações sociais das empresas, no financiamento de programas que combatem a pobreza, em princípio para usufruir de incentivos fiscais e, mais recentemente, refletindo uma maior consciência social. São as empresas também que vêm buscando diversificar seus investimentos e procurando novos setores e novos espaços, percebendo as novas oportunidades que ali se localizam. Movimentos migratórios cruzam o Brasil e comunidades se estabelecem longe de suas origens, para explorar as vantagens oferecidas no novo espaço. São os paranaenses em Rondônia e no Centro-Oeste, os gaúchos no Oeste baiano, os paulistas no Maranhão. Nesse sentido, o apoio às pequenas e médias empresas tem-se constituído uma tônica. São esses tipos de empreendimentos que se têm mostrado mais ágeis e adequados na formação dos *clusters* e mais eficientes na geração de empregos.

É possível sentir, enfim, que há um sentimento mais presente de compromisso cidadão, quanto à importância de participar de movimentos sociais, de lutar por direitos, de cobrar e assumir responsabilidades. No bojo dessa percepção, as Universidades estão mais integradas às comunidades onde se inserem e às suas necessidades, colaborando com pesquisas, com a acessibilidade a cursos e treinamentos que elevem o padrão da mão-de-obra local. Tais iniciativas refletem o amadurecimento da sociedade em face de seus problemas e a decisão de tomar as rédeas de seu desenvolvimento, como única saída efetiva para alcançar o desenvolvimento harmônico do País.

## Perspectivas

A complexidade da questão regional, além dos aspectos anteriormente enfocados, relaciona-se, também, com as desigualdades quanto às condições para a promoção do desenvolvimento. Sem dúvida, a persistência de padrões de desenvolvimento desiguais no Norte e Nordeste, principalmente, está relacionada com carências de infra-estrutura, com o nível de qualificação da mão-de-obra, com dificuldades no manejo dos elementos ambientais.

A questão dos desníveis educacionais, já demonstrada, implica a manutenção de baixos níveis salariais e se constitui uma barreira para investimentos de maior nível de exigência tecnológica. As políticas educacionais ainda são insuficientes e restam inadequadas, na medida em que não se coadunam com as necessidades locais, podendo até produzir resultados opostos aos perseguidos. Não é o caso de queimar etapas: o investimento em educação é, intrinsecamente, de médio e longo prazo. Se o

Nordeste ainda luta contra os baixos índices de alfabetização, o acesso ao ensino fundamental e às universidades, é nesses pontos que há de se concentrarem as políticas e os recursos oficiais.

O *deficit* de infra-estrutura, por outro lado, contribui para concentrar investimentos na Região Sul e na Sudeste e vem sendo apontado como um dos graves impedimentos para o sucesso de iniciativas nas demais regiões, particularmente no Centro-Oeste. Também nesse caso, a especificidade de cada região deve ser considerada, em uma conjuntura de recursos escassos. Prioridades têm de ser estabelecidas para transpor a condição de vantagens comparativas para vantagens competitivas. Se o desenvolvimento do turismo no Nordeste, por exemplo, ressenete-se de uma escassa e desarticulada rede de hotéis, cabe dar especial atenção para o setor. Se a produção do Centro-Oeste ou do sub-médio São Francisco alcança preços menos competitivos no Mercado internacional por força dos fretes pagos, há que se concentrarem nesse setor os esforços oficiais. Se o manejo inadequado dos recursos ambientais na Amazônia sinaliza para a degradação de florestas e prejuízo da biodiversidade, são urgentes as medidas para evitar que a riqueza desse espaço e das matérias-primas se perca.

A par de todas essas considerações, é preciso atentar para o fato de que a análise da questão regional não se pode circunscrever às questões espaciais. Não se pode prescindir de uma ponderação quanto ao novo cenário mundial de globalização capitalista, porque as mudanças da estrutura produtiva afetam fortemente a distribuição e o padrão territorial das atividades econômicas. Da mesma maneira, não se pode desprezar a influência da política oficial que privilegiou as decisões de conjuntura e relegou a um plano de importância inferior o planejamento de médio e longo

prazo, fundamental quando se trata de buscar o desenvolvimento sustentado de regiões mais carentes.

É certo que a integração do País às exigências da nova ordem econômica impõe-se quase como indispensável à sua sobrevivência no contexto mundial. E, nesse quadro, a dimensão e a velocidade das medidas dessa compatibilização, seguramente, interferem na concentração das atividades econômicas. Se a resposta em termos de rentabilidade e produtividade é mais rápida nas regiões mais bem posicionadas quanto à existência de infra-estrutura, de mão-de-obra qualificada e de disponibilidade tecnológica, a lógica do mercado vai privilegiar os investimentos nesses espaços, aumentando o fosso das desigualdades e, conseqüentemente, as dificuldades para transpô-lo.

É esse o grande significado político da diversidade regional brasileira. O dilema da eficiência com equidade pode ser um falso dilema, na medida em que o projeto de desenvolvimento nacional incluía, necessariamente, a busca da homogeneidade do padrão de vida das pessoas e o aproveitamento da diversidade dos espaços. Não se trata de ignorar as lições da experiência e prosseguir encarando a desigualdade regional de acordo com as premissas de um modelo de já ultrapassado, um regionalismo canhestro, que, ao invés de valorizar a cultura e os valores locais, perpetua interesses e persegue o tratamento paternalista das questões regionais, apenas com políticas compensatórias tradicionais. Se o desigual há que merecer tratamento desigual, o tipo de tratamento é fundamental para garantir que não se repitam os erros do passado, que resultaram em exacerbamento dos problemas, deram condições a práticas de corrupção e respondem pela permanência dos desequilíbrios. A opção é, portanto, política. Do governo e da sociedade que o sustentar pela via do voto e pela participação.

## QUESTÕES AOS CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Considerando que a evolução recente da desigualdade regional no País está relacionada com o crescimento econômico – maior crescimento, maior concentração – como vê a adoção de políticas compensatórias para as regiões menos favorecidas, considerando a escassez de recursos oficiais para investimentos e as exigências da economia globalizada?

A questão das desigualdades regionais, hoje, há que ser vista não apenas na perspectiva das grandes regiões geográficas, mas, igualmente, direcionar-se aos espaços intra-regionais, onde a pobreza e a desigualdade são preocupantes. O que pensa sobre isso?

O desmantelamento do sistema de planejamento vigente nos anos 70 e a opção política de privilegiar as decisões de curto prazo têm sido apontados como fatores que contribuíram para exacerbar as desigualdades regionais. O que pensa sobre o assunto?

Como a visão positiva da diversidade regional brasileira, como existência de múltiplas oportunidades, seria tratada no seu governo?

A extinção da SUDENE e da SUDAM significou, do seu ponto de vista, uma medida positiva ou apenas mais uma demonstração da perda de importância da questão regional no âmbito do governo? Por quê?

O que pensa sobre a questão dos incentivos fiscais e sua importância para a diminuição dos desequilíbrios inter-regionais, considerando a perspectiva de sua extinção constitucionalmente estabelecida?

## Notas

1 Trata-se de um índice que, segundo Siqueira e Siffert Filho (2001), “expressa o grau de concentração de um dado conjunto de elementos, podendo ser usado para identificar o grau de concentração de um agrupamento de empresas de um determinado setor ou de um conjunto de regiões de um país, por exemplo. O IHH é o somatório do quadro de participações dos integrantes de um determinado conjunto.” Para maiores detalhes, ver Shy (1995).

2 O Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, criado no início da década de 90 pelo PNUD, consubstancia a mensuração do grau de desenvolvimento humano em um país ou região, com base em indicadores que correspondem às três dimensões básicas desse desenvolvimento: **longevidade**, medida pela esperança de vida ao nascer; **educação**, correspondendo a uma combinação da taxa de alfabetização de adultos e à taxa combinada de matrícula nos níveis de ensino fundamental, médio e superior; e **renda**, baseada no PIB *per capita*. A combinação desses índices resulta em um indicador síntese – o IDH. Quanto mais próximo de 1 o valor desse indicador, maior será o nível de desenvolvimento humano do país ou região. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDH-M resultou da adaptação do IDH ao nível municipal. Embora conceitualmente próximo ao IDH, é diferente deste, por não utilizar os mesmos indicadores, de tal forma que os dois índices não são comparáveis, ainda que para uma mesma unidade geográfica. O valor numérico do IDH-M é sistematicamente menor do que o do IDH. O IDH-M foi desenvolvido por pesquisadores da Fundação João Pinheiro e do IPEA; partindo das mesmas dimensões básicas, utiliza os seguintes indicadores: **renda familiar per capita média**, **número médio de anos de estudo da população adulta (25 anos ou mais)**, **taxa de analfabetismo na população de 15 anos e mais e esperança de vida ao nascer**. (PNUD, 1998.)

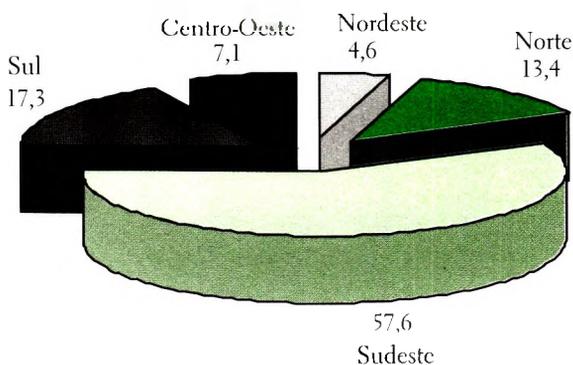
Anexo

**Tabela 1**  
População Total, Urbana e Rural, por Regiões  
1991 e 2000

Brasil/Regiões	1991					2000				
	Total	Urbana	%	Rural	%	Total	Urbana	%	Rural	%
Brasil	146.825.475	110.990.990	76	35.834.485	24	169.799.170	137.953.959	81	31.845.211	19
Norte	10.030.556	5.922.574	59	4.107.982	41	12.900.704	9.014.365	70	3.886.339	30
Nordeste	42.497.540	25.776.279	61	16.721.261	39	47.741.711	32.975.425	69	14.766.286	31
Sudeste	62.740.401	55.225.983	88	7.514.418	12	72.412.411	65.540.194	91	6.863.217	9
Sul	22.129.377	16.403.032	74	5.726.345	26	25.107.616	20.321.999	81	4.785.617	19
Centro-Oeste	9.427.601	7.663.122	81	1.764.479	19	11.636.728	10.092.976	87	1.543.752	13

Fonte: IBGE

**Gráfico 1**  
Participação das Regiões no PIB do Brasil - 1995



Fonte: IBGE

**Tabela 2**  
 Concentração do PIB Intra-Regional – (IHH Observado)  
 Regiões – 1985, 1990, 1997

Regiões	1985	1990	1997	IHH Ideal
<b>Norte</b>	3.324	3.228	3.030	1.429
<b>Nordeste</b>	2.105	1.981	1.889	1.111
<b>Sudeste</b>	4.316	4.558	4.338	2.500
<b>Sul</b>	3.693	3.629	3.629	3.333
<b>Centro-Oeste</b>	2.811	2.738	2.783	2.500

FONTE: SIQUEIRA & SIFFERT FILHO (2001), Tagore Villarim de, Nelson Fontes – “Desenvolvimento Regional no Brasil: tendências e novas perspectivas”. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, (pág. 112) V. 8 N. 16, 2001.

**Tabela 3**  
 Rendimento Médio Mensal por Regiões– 1999

Brasil/Regiões	Rendimento médio mensal (R\$)	Índice de Gini
Brasil	313,00	0,576
Norte (urbano)	244,00	0,554
Nordeste	177,00	0,575
Sudeste	386,00	0,551
Sul	358,00	0,559
Centro-Oeste	341,00	0,591

Fonte: IBGE – PNAD, 1999

**Tabela 4**

Percentagem de matrículas no ensino superior em relação à população entre 20 e 24 anos, por Regiões – 1998

Regiões	%
Norte	7,8
Nordeste	7,6
Sudeste	18,8
Sul	20,4
Centro-Oeste	15,5

Fonte: CASTRO, Maria Helena Guimarães – “Desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro”, In HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil* p. 425-458, Rio de Janeiro IPEA, 2000.

**Tabela 5**

Gasto Público Médio por Aluno, em Reais, por Regiões – 1995

Regiões	Ensino Fundamental	Ensino Médio
Norte	302,00	499,00
Nordeste	278,00	502,00
Sudeste	608,00	780,00
Sul	535,00	591,00
Centro-Oeste	457,00	808,00

Fonte: CASTRO, Maria Helena Guimarães – “Desigualdades regionais no sistema educacional brasileiro”, In HENRIQUES, Ricardo (org.) *Desigualdade e Pobreza no Brasil* p. 425-458, Rio de Janeiro IPEA, 2000.

**Tabela 6**  
Domicílios por Condições de Saneamento e  
Luz Elétrica por Regiões  
Em Percentagem – 1999

Brasil/Regiões	Água canalizada e rede de distribuição	Esgoto e Fossa Elétrica	Lixo Coletado	Luz Elétrica
Brasil	76,1	52,8	79,9	94,8
Norte (*)	61,1	14,8	81,4	97,8
Nordeste	58,7	22,6	59,7	85,8
Sudeste	87,5	79,6	90,1	98,6
Sul	79,5	44,6	83,3	98,0
Centro-Oeste	70,4	34,7	82,1	95,0

(\*) exclusive a população rural

Fonte: IBGE

**Tabela 7**  
Indicador de Desenvolvimento Humano do Brasil, por Regiões  
Desagregados por alguns Componentes – 1970–1996

Unidade	1970 IDH	Índice de Esperança de vida	Taxa de Alfabetização de Adultos	PIB Per capita Ajustado	Índice de Educação	1996 IDH	Índice de Esperança de vida	Taxa de Alfabetização de Adultos	PIB Per capita Ajustado	Índice de Educação
<b>BRASIL</b>	<b>0,494</b>	<b>0,461</b>	<b>67,0</b>	<b>2.315</b>	<b>0,611</b>	<b>0,830</b>	<b>0,710</b>	<b>85,33</b>	<b>6.403</b>	<b>0,825</b>
Norte	0,425	0,484	63,0	1.302	0,567	0,727	0,706	79,24	4.705	0,777
Nordeste	<b>0,299</b>	<b>0,323</b>	<b>46,1</b>	<b>868</b>	<b>0,433</b>	<b>0,608</b>	<b>0,658</b>	<b>71,25</b>	<b>3.805</b>	<b>0,714</b>
Sudeste	0,620	0,532	77,1	3.472	0,702	0,857	0,730	91,26	6.481	0,875
Sul	<b>0,553</b>	<b>0,588</b>	<b>76,5</b>	<b>2.170</b>	<b>0,688</b>	<b>0,860</b>	<b>0,753</b>	<b>91,12</b>	<b>6.426</b>	<b>0,870</b>
Centro										
Oeste	0,469	0,516	67,5	1.591	0,614	0,848	0,726	88,42	6.435	0,860

Fonte: Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD, 1998

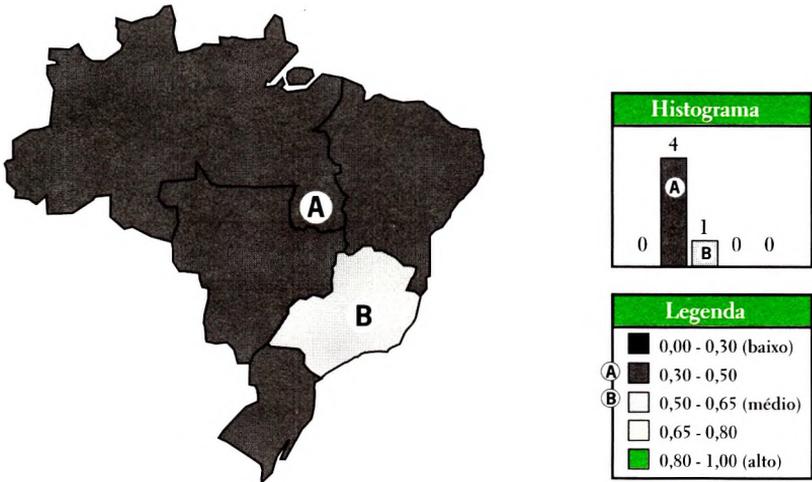
### Quadro 1

IDH para Regiões do Brasil e Grupos de Países – 1995(\*)

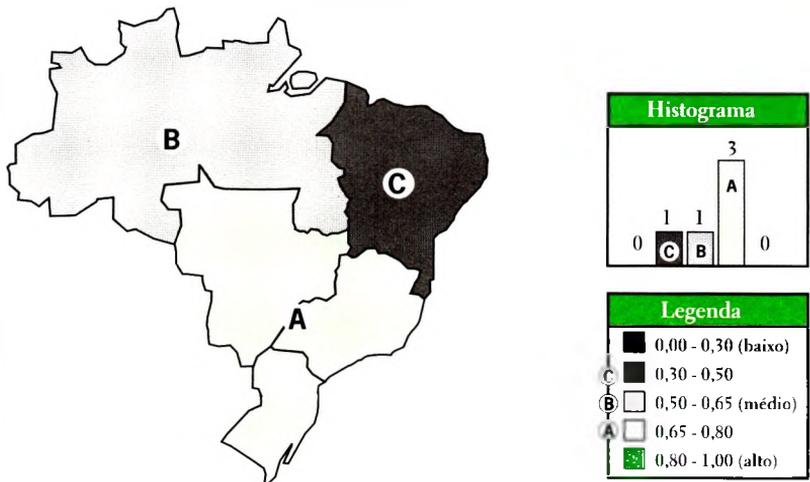
0,911	Países Industrializados
0,897	Alto Desenvolvimento Humano
0,855	Sul
0,853	Sudeste
0,839	Centro-Oeste
0,809	Brasil
0,720	Norte
0,670	Médio Desenvolvimento Humano
0,596	Nordeste
0,586	Países em Desenvolvimento
0,409	Baixo Desenvolvimento Humano
0,344	Países Menos Desenvolvidos

FONTE: Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil – IPEA/PNUD, 1995  
(\* ) valores ajustados

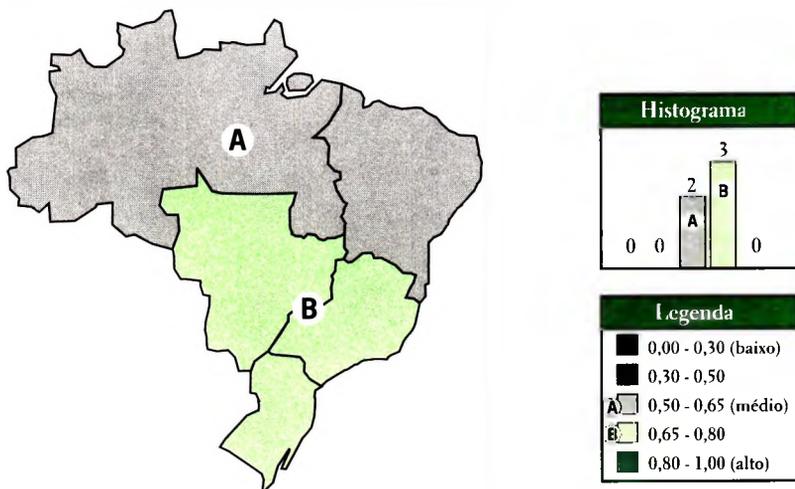
**Figura 1**  
Brasil - Regiões -  
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), 1970



**Figura 2**  
Brasil - Regiões -  
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), 1980



**Figura 3**  
Brasil (Regiões)  
Índice Municipal de Desenvolvimento Humano (IDH-M), 1991



*Impressão e Acabamento:*



SIA TRECHO 3 LOTE N° 1760

Fone: (0xx61) 362-0008 / Fax: (61) 362-7476

e-mail: [quick@gns.com.br](mailto:quick@gns.com.br)

contemporâneo.

As discussões ali realizadas certamente não esgotaram a complexidade dos temas. Contudo, como lembra o reitor Lauro Morhy, *Brasil em Questão* “é um meio e, não, um fim. É um bom começo para despertar outras consciências, mentes e corações, pensando e pulsando Brasil”. É desse debate que o leitor é convidado a participar.

Com a publicação, em 2002, de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*, a UnB cumpre, mais uma vez, seu compromisso histórico de contribuir para a reflexão sobre as alternativas e projetos para o nosso País.

**BRASILIDADE** • Roberto Freire • Artur da Távola • Aspásia Camargo • Vamireh Chacon • **BRASIL NO MUNDO** • Samuel Pinheiro Guimarães • Oliveiros Ferreira • Amado Cervo • **POLÍTICAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA** • Márcio Pochman • André Urani • Cristovam Buarque • **A INFRA-ESTRUTURA NACIONAL** • Yeda Crusius • Luiz Pinguelli Rosa • Dércio Munhoz • **SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO** • Sergio Arouca • Marcos Helano Montenegro • Sebastião Viana • Pedro Tauil • **EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA** • Roberto Vermulm • Sergio Rezende • João Batista de Oliveira • Lauro Morhy • **CIDADANIA, EXCLUSÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA** • Guilherme de Almeida • Sueli Carneiro • Luiz Mott • Dóris Faria • **A DIVERSIDADE REGIONAL BRASILEIRA** • Armando Mendes • Maria Adélia de Souza • Eduardo Suplicy • Cristina Mac Dowell • Marcos Formiga • **MEIO AMBIENTE, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, AMAZÔNIA** • Washington Novaes • Marina Silva • Edna Ramos Castro • Marcel Burstyn • **REFORMAS ESTRUTURAIS PARA O PAÍS** • Ricardo Varsano • Wilson Cano • Vinícius Carvalho Pinheiro • José Geraldo de Sousa Júnior • **A UNIVERSIDADE BRASILEIRA** • Helgio Trindade • Édson Franco • Jacques Velloso • Lauro Morhy